

MERCOSUL/RAADDHH/FCCP/ATA N° 03/08

XIII REUNIÃO DAS ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E CHANCELARIAS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

Realizou-se na cidade de Porto Alegre, República Federativa do Brasil, no dia 01 de setembro de 2008, a Reunião do Grupo de Trabalho Educação e Cultura em Direitos Humanos, com a presença das delegações da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República Oriental do Uruguai, como Estados Parte, e da República Bolivariana da Venezuela como Estado Associado.

A lista das Delegações participantes figura como Anexo I da presente Ata.

O representante da delegação do Brasil, Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Erasto Fortes Mendonça, deu as boas vindas a todas as delegações. O Coordenador conferiu junto a delegação do Paraguai a possibilidade de sua participação, tendo em vista que a dita delegação estava em número reduzido e teria que participar de outros GTs. A delegação informou que a reunião poderia iniciar sem sua presença mas que em algum momento viriam participar do GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos.

O Coordenador prestou esclarecimentos aos presentes da sociedade civil sobre a dinâmica da reunião do GT.

Procedeu-se a apresentação dos membros das delegações e dos demais presentes.

Feito o convite para que os delegados participem de outros GTs à tarde.

A Sra. Magali fez o convite ao GT de Educação para que no período da tarde participassem do Subgrupo de Racismo e Xenofobia.

A agenda da reunião foi lida e aprovada, figurando como Anexo II da presente Ata, tendo sido acrescido como ponto de pauta a articulação com o GT Discriminação, Racismo e Xenofobia. Sobre esse assunto, manifestou-se a Sra. Magali, apresentando o convite para que os membros do GT Educação e Cultura em Direitos Humanos participassem da reunião daquele GT na parte da tarde a fim de discutir sobre a produção de materiais relativos à temática.

A continuação procedeu-se ao tratamento dos assuntos propostos na agenda, a saber:

- 1. Panorama das ações de Educação em Direitos Humanos nos países, com destaque para a situação dos Planos Nacionais elaborados ou em processo de elaboração.**

O representante da delegação da Argentina afirmou que, em relação à elaboração de um Plano Nacional de Direitos Humanos, com um eixo importante relativo à educação, estão sendo feitas reuniões técnicas para a promoção, mobilização e sensibilização de diferentes representações do governo e da sociedade em relação a elaboração de um documento que oriente a política nacional. Para o ano de 2009 espera-se proceder a

Plan



grandes consultas nacionais que envolvam os diferentes segmentos da sociedade e variadas organizações para debater e dar início à construção de um documento. A intenção é que para 2010, ano do bicentenário da independência da Argentina, se consiga lançar o Plano Nacional de Direitos Humanos, como fruto deste amplo debate, mobilização, participação e como um panorama das ações de educação em direitos humanos no país.

A delegação do Uruguai expôs o avanço no diálogo em torno da temática desde 2005 quando não havia um órgão dentro do governo que se dedica-se ao debate da educação em direitos humanos como política pública. No momento estão desenvolvendo-se atividades de sensibilização e mobilização da sociedade, reforçando a importância da educação em direitos humanos como uma política de Estado. Há na Assembléia Legislativa um projeto de lei sobre a temática da educação com uma abordagem que integre a perspectiva da educação em direitos humanos.

A delegação da Venezuela informou que tem promovido muitas campanhas de educação em direitos humanos em todos os diferentes órgãos ministeriais do governo, revelando, portanto, uma sensibilização em torno do assunto.

A delegação brasileira reiterou a informação sobre o processo de construção do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) no país. Informa que o PNEDH faz parte do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), tendo sido amplamente divulgado e debatido. Em dezembro se realizará a Conferência Nacional de Direitos Humanos, onde haverá uma avaliação e revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos. A Conferência Nacional será realizada em eixos temáticos, tendo a educação em direitos humanos como um de seus eixos. O delegado brasileiro conclui que há uma perspectiva de que o debate traga novas contribuições para o avanço da implementação do PNEDH. Ainda, sobre o processo de implementação do PNEDH, informou haver um debate nos estados da federação brasileira, que pela diversidade existentes entre estes diferentes estados apresentam diferenças no andamento da implementação dessa política. O Coordenador do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil, Solon Viola, acrescentou que o debate nos diferentes estados visa à construção de Planos Estaduais de Educação em Direitos Humanos adequados a realidade de cada estado.

2. Publicações e materiais audiovisuais de Educação em Direitos Humanos no âmbito do Mercosul.

O representante da delegação da Argentina informou que os trabalhos do Grupo de Trabalho de Materiais Didáticos do MERCOSUL Educativo, relativos à elaboração de uma publicação conjunta sobre o Direito à Memória e à Verdade estão em fase de conclusão e na reunião, a ser realizada em Foz do Iguaçu nos dias 17 e 18 de setembro se definirá o cronograma final para apresentação do trabalho. Informou, ainda, que a delegação da Bolívia, que havia solicitado sua participação, concluiu seus trabalhos para elaboração do material que serão incorporados ao projeto dessa publicação. Em relação ao Projeto da Biblioteca Virtual de Materiais Didáticos, em reunião realizada em Montevideu, nos dias 29 e 30 de julho, ficaram acordados os critérios para a realização de levantamento de materiais que integrarão a Biblioteca. A expectativa é concluir o levantamento em novembro de 2008 sob a coordenação da



Argentina, com a supervisão dos responsáveis pelo projeto.

A delegação do Brasil informou que, após alguns atrasos, está concluída a elaboração do material que fará parte da publicação conjunta, o qual deve ser apresentado na reunião do Grupo de Trabalho de Materiais Didáticos do MERCOSUL Educativo a ser realizada em Foz do Iguaçu nos dias 17 e 18 de setembro. Esclareceu, ainda, que a publicação sobre o Direito à Memória e à Verdade está direcionada a estudantes do Ensino Médio, sendo de grande relevância para que este público conheça e reflita sobre a história recente do país. A publicação conjunta do MERCOSUL constituir-se-á um importante material para o resgate da Memória e da Verdade junto ao público juvenil.

A delegação da Argentina ressaltou a experiência de seu país em relação a este debate que se constitui em um longo e trabalhoso processo para que se conseguisse levar a julgamento e condenação 337 militares responsáveis por crimes de tortura. Narrou casos específicos de altas patentes que foram julgadas e condenadas a prisão, inclusive sentenças de cadeia perpétua em cárcere comum. Estes casos foram de grande significado e relevância para a sociedade e história de seu país, onde homens que eram tidos como intocáveis e todo poderosos foram condenados por seus crimes. Esses julgamentos foram filmados e com o material coletado está sendo elaborado um documentário sobre o assunto. A delegação argentina entende que este material pode ser de grande utilidade para o debate no Brasil e demais países.

A delegação brasileira informou sobre outras publicações e materiais que têm sido produzidos, tais como: Fundamentos da Educação em Direitos Humanos, feita em parceria com o Ministério da Educação e Universidade Federal da Paraíba; um DVD abordando a temática dos Direitos Humanos, por meio de seis vídeos documentários; livros resultantes dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP); e ainda a finalização da publicação resultante do I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos. Informou, ainda, sobre a realização do Prêmio de Educação em Direitos Humanos, fruto da parceria entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). O Prêmio, que está direcionado às experiências exitosas em Educação em Direitos Humanos na rede de ensino, possibilitará o registro e o conhecimento de diversas experiências desenvolvidas no país vindo a constituir-se num importante banco de dados. Há intenção de que as próximas edições do Prêmio adquiram a dimensão ibero-americana.

A delegação da Argentina ressaltou a importância do debate sobre os Direitos Humanos ir além do enfoque estrito ao campo do Direito, incorporando uma visão mais ampla sobre a temática.

3. Experiências de incorporação da temática dos Direitos Humanos nos currículos escolares.

A delegação brasileira informou que a temática dos DH se encontra presente nas universidades brasileiras em diversas áreas do conhecimento, mas de forma ainda muito fragmentada. Relativo a esta preocupação há um diálogo junto ao Conselho Nacional de Educação, órgão normativo brasileiro com respeito às diretrizes da educação brasileira, sobre a elaboração de diretrizes curriculares sobre a educação em direitos humanos. Este é o início de um longo processo e caminho que deve ser trilhado para a inserção da temática dos direitos humanos em todos os níveis de

Flora

[Handwritten signature]



ensino. O Coordenador do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil relatou, ainda, a exitosa experiência do Estado de Pernambuco que incluiu Direitos Humanos como disciplina optativa, tendo a adesão de várias escolas.

A delegação da Argentina explanou sobre a diversidade de seu país, em face da autonomia das diversas unidades da federação, o que torna o debate da inclusão da temática dos direitos humanos na rede de ensino um desafio de grande complexidade. Optou-se, no momento, de forma estratégica pela inserção da temática por meio do enfoque de gênero. Abriu-se a oportunidade para realização de cursos direcionados aos docentes com essa abordagem.

A delegação do Uruguai informou que foi realizada em seu país uma revisão programática para o ensino básico com a inclusão da temática dos direitos humanos. Muitas ações educativas em direitos humanos estão sendo desenvolvidas na rede de ensino. Na segunda quinzena de setembro se iniciará um curso abordando a temática dos direitos humanos direcionado aos docentes que lecionam na rede de ensino básico. Já têm sido realizados cursos para diretores de escola, bem como, cursos de sensibilização para os docentes. Ressalta-se, portanto, que a temática em torno dos direitos humanos e da memória tem tido destaque e motivado várias ações envolvendo o corpo docente, diretores, pais e alunos das escolas. Há várias atividades previstas para o mês de setembro, fora do espaço escolar, envolvendo a comunidade de uma forma mais ampla, como parte da comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos.

4. Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos - definições sobre sua continuidade.

A delegação brasileira consultou o grupo sobre o interesse e pertinência de realizar-se uma segunda edição do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, dando continuidade a esta ação.

Todas as delegações concordaram com a relevância e pertinência na continuidade desta ação para realização do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos.

A delegação argentina reafirmou a importância do evento e se dispôs a consultar as autoridades pertinentes de seu país sobre a possibilidade de sediá-lo no ano de 2009.

A delegação uruguaia se dispõe a apoiar os esforços de realização do evento, contribuindo para captação de recursos a fim de trazer painelistas.

A delegação venezuelana manifestou a sua satisfação em participar do evento.

Ficou acordado que, havendo concordância da delegação paraguaia, o tema será levado à consideração da plenária das Altas Autoridades para deliberação.

A delegação do Brasil informou que, no momento do intervalo, em consulta a delegação do Paraguai, obteve da mesma a concordância com a recomendação acordada pelas demais delegações.

5. Definição sobre a pertinência de realização de um Seminário de Educação em Direitos Humanos no âmbito da XIV RAADH.

A delegação brasileira esclareceu que o interesse na realização deste Seminário é o



de aproveitar a oportunidade do encontro entre as delegações para a realização de um seminário que seja aberto às universidades, representantes da sociedade civil e outras instituições, ampliando e disseminando o debate e o conhecimento das ações de educação em direitos humanos implementadas pelos países. Informou, ainda, da disposição de produzir uma publicação que registre as palestras e debates realizados no seminário.

As delegações presentes concordaram com a realização do Seminário.

A delegação do Brasil assumiu a responsabilidade de articular o diálogo por meio de comunicação eletrônica colhendo sugestões de nomes e programação para a realização do Seminário.

6. Definição de mecanismos de comunicação virtual entre os membros do GT Educação e Cultura em Direitos Humanos.

A delegação brasileira expôs o interesse de utilizar os mecanismos de comunicação virtual disponíveis para agilizar e otimizar a comunicação entre os membros do GT, com o que todas as delegações concordaram.

7. Outros assuntos.

Não houve por parte das delegações a colocação de outros assuntos para além da pauta, abrindo-se a oportunidade para as representações da sociedade civil presentes na reunião.

O representante da Agência Livre para a Informação Cidadania e Educação (ALIVE) narrou casos de grupos policiais da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul que têm infringido maus tratos aos moradores de rua. Informou que o atual comandante da Brigada considera os moradores de rua como lixo e que como tal devem ser retirados. Informou, ainda, que a delegação do Rio Grande do Sul levará para o debate na Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada em dezembro de 2008, sua preocupação com o trato dessas pessoas por parte de segmentos da polícia. Afirmou, ainda, que outras capitais têm tido o mesmo problema que se expressa como uma política de higienização das ruas por parte de alguns governos. Solicitou que a situação dos moradores de rua seja um item específico dos debates durante a Conferência Nacional de Direitos Humanos. Ressaltou, ainda, o momento crítico, no Brasil, pelo qual passam os movimentos sociais que têm sido criminalizados pela grande mídia.

O representante do Fórum de População Adulta em Situação de Rua manifestou seu ponto de vista de que a violência policial reflete o pensamento da atual política do governo do estado do Rio Grande do Sul de que a limpeza da cidade passa por retirar estas pessoas da rua, pois a mesma, fruto da sociedade capitalista, é entendida como uma sujeira que deve ser extraída.

A delegação brasileira reafirmou que a questão da Segurança Pública é sim uma questão de direitos humanos e que esta preocupação está refletida no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil. Informou, ainda, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Governo Federal tem a temática dos direitos humanos como parte de sua matriz curricular para a formação dos agentes de segurança pública e que no momento há 79 instituições de nível superior

Plan

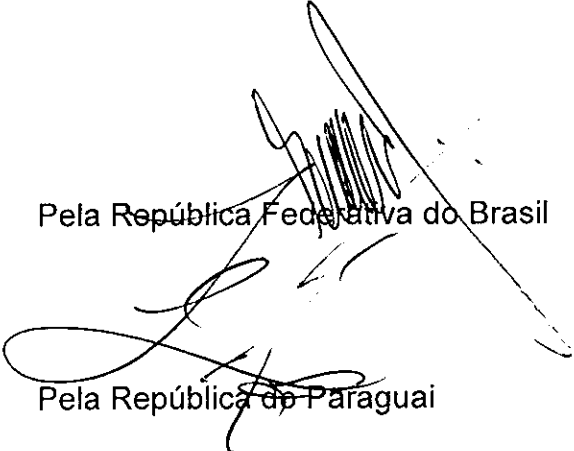
[Handwritten signatures and initials]



cadastradas na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública que oferecem cursos de formação aos agentes de segurança pública.

A representante da Rede Feminista de Saúde iniciou sua fala relembrou os marcos das Conferências de Direitos Humanos e temáticas afins. Informou que há um conjunto de organizações de diferentes países da América Latina articuladas para a realização de uma Convenção sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos, levando em consideração todos esses marcos. Informou, ainda, que, no momento, as articulações estão em torno da elaboração de um texto base para a realização da Convenção e que a Venezuela mostrou-se interessada em sediar a realização desse evento.

O representante da delegação brasileira, reafirmou o compromisso de levar as considerações formuladas pela sociedade civil ao Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Relembrou a todos o convite para participar do GT Discriminação, Racismo e Xenofobia. Por fim agradeceu a todos a participação e presença no GT, dando por encerrada a reunião.



Pela República Federativa do Brasil



Pela República Argentina



Pela República do Paraguai



Pela República Oriental do Uruguai



Pela República Bolivariana da Venezuela